



I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas

Quem ganha? Quem perde?

Entre os dias 23 de outubro e 1º de novembro de 2015 será realizado o "I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas", em Palmas (TO). Diante dos altos investimentos feitos pelos governos municipal, estadual e federal, para realizar e divulgar, dentro e fora do Brasil, este "evento de porte internacional", que irá "colocar Palmas no mapa mundial do turismo, inclusive o de negócios", é importante questionar se os protagonistas desses Jogos, os povos indígenas, terão algum benefício verdadeiro.

A própria realização do evento, com custo estimado em mais de R\$ 100 milhões (segundo a Secretaria Municipal Extraordinária dos Jogos Indígenas), é bastante questionável na atual conjuntura, já que **muitos povos enfrentam situações de extrema vulnerabilidade, vivendo em acampamentos em beiras de estradas, sujeitos à fome e ao frio, por terem sido expulsos de suas terras tradicionais**, como é o caso emblemático do povo Guarani-Kaiowá, no Mato Grosso do Sul. Outros povos, mesmo com os territórios demarcados, são **constantemente violentados devido às invasões e**

à exploração ilegal dos bens naturais (madeira, minério, biodiversidade) localizados em suas terras. Em relação à educação e saúde, a situação é extremamente precária e **a mortalidade de crianças de alguns povos indígenas, como os Xavante, é mais de 800% superior à da média nacional das crianças não indígenas**. Além disso, causa grande preocupação o fato dos **índices de violência e violação de direitos dos povos indígenas e de criminalização de suas lideranças estarem aumentando drasticamente**.

Ou seja, em um contexto extremamente desafiador para os povos indígenas, de graves violências e de ameaças sem precedentes aos seus direitos, é essencial questionar:

- ♦ Qual é o objetivo do I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas?
- ♦ Para quem ele é realizado?
- ♦ Quem lucra e se beneficia com a sua realização?

Antes de apresentar possíveis respostas, é preciso compreender melhor **quem são os povos indígenas do Brasil**.

Povos Indígenas no Brasil

É perfeitamente factível afirmar que **existe um profundo desconhecimento por parte da sociedade brasileira sobre a realidade dos povos originários deste país**. Quando somos crianças aprendemos nas escolas a história contada pela perspectiva dos portugueses colonizadores. Posteriormente, no dia a dia, acompanhamos a divulgação de informações sobre outros países, outros povos, questões relacionadas à geopolítica mundial, às disputas no Oriente Médio, aos desafios que envolvem inúmeros refugiados em várias partes do planeta. Mas quase nada sabemos dos povos que primeiro habitaram estas terras, sobre seus modos de vida, suas culturas, espiritualidades, cosmovisões, mitos, saberes e conhecimentos. E, geralmente, as poucas informações que temos sobre eles são cheias de preconceito e distorções.

De acordo com o Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 a população indígena no Brasil era de **896 mil pessoas, divididas em 305 povos e falantes de 274 línguas diferentes**. Deste total, um percentual de 17,5% não fala a língua portuguesa. Também é fundamental considerar que existem atualmente no Brasil, majoritariamente na Amazônia, mais de cem grupos/povos indígenas em situação de isolamento voluntário, segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai). São grupos e povos que não querem ter contato com a sociedade envolvente, não indígena. Nesse sentido, podemos afirmar que **o Brasil é um Estado Plurinacional e a sociedade brasileira é multiétnica, multicultural e multilinguística**.

Pouco se fala também sobre o fato de que os povos indígenas têm uma outra perspectiva civilizatória, chamada pelo povo quéchua de *Sumak Kawsay*, que significa Bem Viver. Entre os seus fundamentos essenciais estão: **a vida em harmonia com a Mãe Terra, com a comunidade e consigo mesmo; a reciprocidade em todos os níveis; a experiência cotidiana do sagrado; a valorização da sabedoria dos anciãos, especialmente a simplicidade; a dimensão festiva da vida; e uma existência que se equilibra entre as dimensões material e espiritual**. Trata-se, portanto, de um modo de viver fundamentado em outros valores e outra percepção da existência, bem diferentes do que temos em nossa sociedade não indígena, em que convivemos com a destruição da natureza

Povo Enawené Nawé - Foto: Egon Heck



em prol do progresso, a concorrência desleal, a falta do sentido da existência, a dominação dos mais fortes, a acumulação de riquezas, a violência e a miséria, entre tantas mazelas que inviabilizam um projeto de futuro para uma sociedade justa e fraterna.

E apesar da Constituição Federal, de 1988, garantir aos povos indígenas o direito à sua “organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”, atualmente, os modos de vida e a própria sobrevivência dos povos estão seriamente ameaçados no Brasil.

Violência contra os Povos Indígenas em 2014*

138	Assassinatos
31	Tentativas de assassinato
785	Mortes na infância
21	Mortes por desassistência à saúde
135	Suicídios
84	Invasões das terras indígenas
118	Omissões na regularidade das terras

* Fonte: Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas – dados de 2014, Cimi

Povo Xukuru – Foto: Laila Menezes



Povo Guarani-Kaiowá - Foto: Laila Menezes



Indígenas: obstáculos ao “desenvolvimento”?

As palavras de ordem do capitalismo são acelerar, produzir, explorar e comercializar. Tudo deve transformar-se em mercadoria. Para a contínua expansão deste modelo mercantilista e explorador, a apropriação dos territórios indígenas e de seus bens naturais é essencial. Os principais empreendimentos que violam e ameaçam a Mãe Terra, são os de geração de energia, transporte, infraestrutura, mineração e do agronegócio. Desse modo, os povos indígenas, que protegem suas terras e têm uma relação sagrada com a natureza, precisam ser eliminados.

Três Poderes X Povos Indígenas

Vivemos em um Brasil de violências e violações inauditas contra os povos indígenas e seus direitos. Em consonância com a “ordem” dominante e respondendo à lógica do acúmulo de capital, os setores político e econômicos anti-indígenas atuam fortemente no âmbito dos Três Poderes da República a fim de implementar ações estruturantes e sistemáticas contra os povos.

Consideramos que a diretriz fundamental deste processo de ataque é a tentativa de retirar dos povos a condição de sujeitos de direitos conquistada pelos mesmos no marco da Constituição Federal de 1988. Afinal, a partir do momento em que forem retirados os direitos dos indígenas aos seus territórios tradicionais e ao usufruto dos seus bens naturais, eles ficarão disponíveis para a exploração capitalista e a natureza ali presente (rios, árvores, ar, terra, minérios, etc) será transformada em mercadoria.

Os grupos financiados e vinculados aos interesses do agronegócio, das mineradoras e empreiteiras buscam alcançar três objetivos principais:

- ◆ impedir a demarcação das terras tradicionais que continuam invadidas, na posse de não índios;
- ◆ reabrir e rever procedimentos de demarcação de terras indígenas já finalizados;
- ◆ permitir a invasão, exploração e mercantilização dos bens naturais e das terras demarcadas, que estão na posse e sendo preservadas pelos povos.

No Legislativo, proposições que visam bloquear o acesso dos povos a direitos fundamentais, tais como a terra tradicional e o ambiente protegido e equilibrado, são os vetores centrais das violações. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215/2000 (que transfere a prerrogativa da demarcação das terras indígenas do Executivo para o Legislativo) e o Projeto de Lei (PL) 1610/96 (que visa regulamentar a exploração mineral em terras indígenas) são duas das principais armas manejadas pela bancada ruralista e da mineração nesta perspectiva. Além destas, existem mais de 180 proposições legislativas no parlamento que retiram e ameaçam direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais. Este sistemático ataque tem exigido dos povos presença permanente e intensa incidência junto ao Congresso Nacional, a fim de evitar retrocessos históricos contra seus direitos. Também tem sido constante a utilização de discursos racistas e de incitação ao ódio e à violência contra os povos, suas lideranças e seus aliados, por parte de parlamentares ruralistas.



No Executivo, a paralisação dos procedimentos de demarcação das terras indígenas impera como parte de um “projeto do Estado”. Desse modo, o governo Dilma continua a ser o que menos demarcou terras indígenas desde o fim da ditadura militar no Brasil. O aumento dos conflitos possessórios, assassinatos e da criminalização de lideranças indígenas observado em 2014 relaciona-se estreitamente com esta decisão inconstitucional do governo brasileiro.

Terras Indígenas homologadas por gestão presidencial

Governo	Período	Nº de terras	Média anual
José Sarney	1985 – 1990	67	13
Fernando Collor de Melo	Jan. 1991 set. 1992	112	56
Itamar Franco	Out. 1992 dez. 1994	18	9
Fernando Henrique Cardoso	1995 – 2002	145	18
Luiz Inácio Lula da Silva	2003 – 2010	79	10
Dilma Rousseff	2011 – 2014	11	2,7

No Judiciário, recentes decisões da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) descaracterizam o Artigo 231 da Constituição Federal através de uma reinterpretação fundamentalista e radicalmente restritiva do conceito de terra tradicionalmente ocupada pelos povos. Tais decisões anularam atos administrativos, do Poder Executivo, de demarcação de várias terras indígenas. O perigo é que estas decisões podem ser interpretadas, tanto pelos históricos como pelos novos invasores de terras indígenas, como uma sinalização de que a violência, os assassinatos seletivos de lideranças e o uso de aparatos paramilitares para expulsar os povos das suas terras são legítimos, convenientes e vantajosos para os seus intentos de se apossarem e explorarem essas terras.

Mega projetos de destruição

Quando as delegações de povos indígenas do Brasil e do mundo adentrarem as arenas, rios e pistas para darem início ao I Jogos Mundiais, um grupo específico estará bastante feliz, independente das performances dos atletas indígenas. Trata-se de um público que defende os interesses das madeireiras, mineradoras, empreiteiras (que constroem hidrelétricas, estradas, hidrovias, etc), do agronegócio, empresários, políticos, enfim, um amplo grupo que sempre joga para garantir o lucro de seus negócios e que não tem nenhuma relação com o bem estar dos indígenas ou compromisso com a proteção da natureza. Ao contrário, são justamente estes setores os responsáveis pelas graves violências, violações e ameaças aos direitos dos povos indígenas e pela destruição do meio ambiente no Brasil.

A realização de um evento de grande porte, internacional e singular como estes jogos, que reúnem povos de todo mundo, com suas belezas características e incomuns, divulgado, pelos governos e pela mídia, como um acontecimento que valoriza os povos e suas culturas, funciona, na realidade, como uma máscara que esconde a verdadeira e trágica realidade da vida destes povos no Brasil – que não é, de fato, democrático, e não respeita os direitos constitucionais de seus povos originários. **É a antiga estratégia de dar “circo ao povo”,**

de modo que esse povo esqueça suas mazelas, inclusive, em muitos casos a própria falta do pão.

Levantamento realizado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) em 2014, constatou que existem no país ao menos 519 empreendimentos de diversos tipos que atingem 204 povos em 437 terras indígenas. Destes, os empreendimentos relacionados à área energética somam 267, sendo 131 pequenas centrais hidrelétricas, 67 usinas hidrelétricas e 60 linhas de transmissão, além das termoeletricas. O setor de infraestrutura é o segundo que mais impacta as terras indígenas, com 196 obras, especialmente rodovias; ele é seguido pelos setores da mineração e do agronegócio.

Três projetos de “desenvolvimento” dos governos nos últimos 45 anos – “Milagre brasileiro” na ditadura militar; “Avança Brasil”, do governo de Fernando Henrique Cardoso; e o “Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), dos governos de Lula e Dilma – explicitam a opção por um modelo de sociedade que coloca o lucro de alguns grupos historicamente privilegiados acima da própria vida e da dignidade da maior parte da população.

Diversos documentos e relatórios comprovam que os povos indígenas foram as maiores vítimas deste modelo. Os exemplos de obras que causaram a morte de milhares



Povo Kraho - Foto: Jorge Valente

Matopiba: a nova fronteira agrícola

No atual cenário desfavorável aos direitos indígenas e de outras populações tradicionais foi assinado, em maio de 2015, o Decreto Presidencial nº 8.447, que institui a última fronteira agrícola do Brasil, o Matopiba, que abrange o Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (as siglas destes estados formam o nome da área). Com extensão de mais de 73 milhões de hectares no bioma Cerrado, esta área está sendo considerada a



Monocultura de soja - Foto: Renato Santana

principal macrorregião estratégica para o latifúndio e o agronegócio brasileiros.

Dentro da delimitação geográfica do Matopiba existem 28 terras indígenas, 42 unidades de conservação, 865 assentamentos e 34 quilombos. Estes territórios são opostos ao sistema hegemônico atual e estão na contramão

do modelo desenvolvimentista oficial. Desse modo, o Matopiba causará ainda mais conflitos fundiários, desapropriações de territórios, destruição do meio ambiente, êxodo para as periferias das cidades e a intensificação da violência, da exclusão e do trabalho escravo.

Esta nova fronteira agrícola, através da atuação da ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu, possibilitará a territorialização do grande capital através da expulsão de indígenas, quilombolas e outras comunidades de seus territórios tradicionais.

de indígenas são fartos: as hidrelétricas Itaipu, Tucuruí e Balbina; as rodovias Transamazônica, BR 174, Belém-Brasília e BR 101; além do esbulho de seus territórios para a implantação da agropecuária. Como resultado dos genocídios causados em nome do “progresso”, alguns povos foram extintos.

O pior é que esta triste realidade não ficou no passado. **Atualmente, a construção das hidrelétricas nos rios Madeira, Tapajós e Xingu (Belo Monte) e os investimentos públicos em rodovias e no agronegócio da cana, soja e do eucalipto evidenciam que as ações dos governos militares continuam sendo implementadas.**

“Inúmeros conflitos graves entre os povos indígenas e as empresas estão sendo deflagrados hoje por todo estado do Tocantins. Muitas lideranças indígenas estão sendo criminalizadas, presas, espancadas ou assassinadas a mando de fazendeiros e políticos”

Antônio Apinajé, liderança indígena do estado de Tocantins

As instituições responsáveis pela realização dos Jogos são o Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena (ITC), a prefeitura de Palmas, o governo do Tocantins, o Ministério dos Esportes, o governo federal e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Cabe ressaltar que a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu, foi uma das principais responsáveis dentro do governo pela articulação da realização dos Jogos e conseguiu R\$ 10 milhões para o evento.

Sentindo-se usados e desrespeitados, 28 membros da União dos Caciques Krahô assinaram um ofício encaminhado, no dia 10 de setembro de 2015, à articulação dos Jogos Mundiais, negando-se a participarem do evento:

“Como podemos participar de um evento financiado por um governo que está promovendo o genocídio de nossos parentes Guaraní-Kaiowá no Mato Grosso do Sul, e em várias outras regiões do país? Como podemos participar de um evento promovido pela senhora Kátia Abreu, uma das principais responsáveis pelo avanço do movimento anti-indígena em nosso país?”

União dos Caciques Krahô

“Estes Jogos Mundiais escondem a verdadeira face do governo no massacre dos povos indígenas, elevando a imagem governamental e de alguns indivíduos enquanto continua negando aos povos o direito sagrado à terra, à cultura, ao modo de vida originário. Enquanto governo e aproveitadores sonham com uma ‘FIFA indígena’, os desmontes, suspensões e ataques aos nossos territórios demonstram que logo todas as terras indígenas não caberão nem ao menos no espaço de um campo de futebol”

Lindomar Terena, liderança indígena do Mato Grosso do Sul (estado mais violento do país com os indígenas)

Jogos Mundiais: para quê e para quem?

Alguns problemas levantados pelos povos indígenas em relação a estes Jogos Mundiais são:

Gastos não prioritários – Em 2014, a Funai recebeu apenas R\$ 10 milhões para regulamentar as cerca de 700 terras indígenas em todo país (de acordo com o próprio órgão indigenista), além de ter seu quadro de servidores bastante reduzido por falta de recursos. **Por outro lado, o orçamento previsto para a realização do I Jogos Mundiais está estimado em mais de R\$ 100 milhões** (segundo a Secretaria Municipal Extraordinária dos Jogos Indígenas);

Distorção da realidade – oferecer diversão e divulgar amplamente um evento “bonito” para aparentar que os povos indígenas vivem bem no Brasil e têm seus direitos respeitados; além de tirar o foco das denúncias de corrupção e da atual crise política e econômica;

Baixa participação – dos 305 povos indígenas do Brasil, apenas 26 estarão participando dos Jogos; dos dez povos que vivem em Tocantins somente quatro participarão;

Folclorização – jogos e atividades tradicionais, que compõem a própria organização social, realizados fora do território indígena, para exibição, sempre carregam em si a ameaça de uma transformação da própria cultura em folclore e a reafirmação da condição de que os indígenas são “exóticos”;

Capitalização – brincadeiras, atividades lúdicas e jogos tradicionais, alguns realizados dentro de rituais sagrados, são desvinculados dos seus propósitos originais e inseridos em um ambiente de competição vinculada à comercialização, característica do sistema capitalista;

Longe de ser prioridade – a realização dos Jogos Mundiais não é uma demanda do movimento indígena e nem está vinculada a ele.

Povo Krahô – Foto: Laila Menezes



“As corridas de toras, o tiro com arco e flecha e a canoagem são afazeres cotidianos e fazem parte da vida e da espiritualidade dos povos indígenas. Nas aldeias, muitas práticas e cerimoniais indígenas são rituais sagrados e não podem ser mercantilizados, banalizados e transformados em folclore e espetáculo para turistas não-indios”

Antônio Apinajé, liderança indígena do estado de Tocantins

Demarcação das terras: a vitória desejada



O Jogos Mundiais dos Povos Indígenas propõe-se a ser um espaço de valorização da diversidade cultural e riqueza humana. Um momento de integração e confraternização de povos originários de mais de vinte países, de promoção de autoestima, um evento mais celebrativo do que competitivo. No entanto, ao desconsiderar a extrema ofensiva em curso no sentido de reduzir e retirar direitos fundamentais garantidos dos povos indígenas, a crescente violência e criminalização das lideranças indígenas, o eminente saque e destruição dos territórios tradicionais e a situação de extrema vulnerabilidade de milhares de indígenas, o Brasil, país anfitrião, tenta sustentar uma falácia porque não é possível celebrar nada diante da possibilidade da própria extinção cultural, social e física dos povos originários do país.

Nas últimas décadas aconteceram avanços significativos na afirmação e conquista de direitos dos povos indígenas, no reconhecimento da plurinacionalidade de alguns países, dos direitos da Mãe Terra e do Bem Viver como modelo de vida. Porém, a grande maioria das nações continua tendo uma relação colonialista, de dominação e desrespeito às minorias étnicas.

“A melhor atitude pela paz é demarcar e respeitar os territórios indígenas que são sagrados para nossos povos e necessários para o equilíbrio e a sustentação do clima no planeta Terra. Lembrem-se que o Brasil ainda está em dívida com os povos indígenas. No país inteiro ainda existem centenas de terras que precisam ser devolvidas aos seus verdadeiros donos”

Antônio Apinajé, liderança indígena do estado de Tocantins

Juntos na luta pela vida dos Povos Indígenas

É necessário somar forças à resistência e à luta dos povos indígenas na defesa de seus projetos de vida tradicional. Nesse sentido, o envolvimento da sociedade civil é fundamental:

- ◆ Informe-se sobre a verdadeira realidade dos povos indígenas no Brasil;
- ◆ Compartilhe essas informações com amigos, colegas e em suas redes sociais;
- ◆ Participe das ações virtuais ou físicas em favor dos direitos e da vida dos povos indígenas.

Chamado indígena

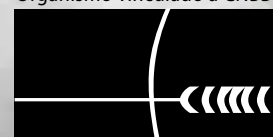
“O momento é esse para lutarmos juntos, contra nossos inimigos. Todos os povos indígenas do Brasil e do mundo, desde o Norte até o Sul, do oriente ao ocidente. Vamos dar o grito de ‘basta!’. Chega de nos massacrarem, de violarem nossos direitos, de tomarem nossas terras. Se fizermos uma grande mobilização dentro e fora do Brasil poderemos vencer essa grande batalha pela paz, pela natureza, pelo amor à vida”

*Movimento Ipereg'ayu e Associação Indígena Pariri
Aldeia Sawré Muybu, Povo Munduruku,
15 de julho de 2015*

Povo Xerente - Foto: Jorge Valente



Organismo vinculado à CNBB



@CimiNacional

Conselho Indigenista Missionário Cimi

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

www.cimi.org.br